

Termo de Referência 94/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
94/2025	160045-BASE ADM. GUARNIÇÃO DE FORTALEZA	WESDLEY JOSE SILVA DE CASTRO	02/07/2025 13:35 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	14/2025	64242002825202565

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PREPARO E EMPREGO DE COMBATENTE INDIVIDUAL E PARA MANOBRA E PATRULHAMENTO DE TROPA MILITAR**, para atender a demanda da Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza (B Adm Gu Fortaleza), suas Organizações Militares (OM) vinculadas administrativamente (10ª Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército - 10ª CGCFEx, 52º Centro de Telemática - 52º CT, 23º BC (23º Batalhão de Caçadores) e 16ª Companhia de Polícia do Exército - 16ª Cia PE), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CatMat /CatSer	Descrição	Und Med	Qtde Total	Valor Unitário	Valor Total
1	483466	OBREIA MATERIAL: PAPEL COUCHÊ BRILHO FORMATO: CIRCULAR APRESENTAÇÃO: AUTO ADESIVA COR: BRANCA TAMANHO: DIÂMETRO: 25 MM APLICAÇÃO: COBRIR FUROS CAUSADOS POR PROJÉTEIS NOS ALVOS. DADOS COMPLEMENTARES: COR: DIVERSAS (CONFORME SOLICITAÇÃO)	Rolo 1000 unidade	193	R\$ 17,58	R\$ 3.392,94
2	464876	TATAME MATERIAL: E.V.A. COMPRIMENTO PLACA: 1 M LARGURA PLACA: 1 M ESPESSURA PLACA: 40 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PELÍCULA TEXTURIZADA E SILICONADA	Unidade	139	R\$ 87,45	R\$ 12.155,55
		CORDA MATERIAL: POLIÉSTER TIPO: TRANÇADA DIÂMETRO: 10 MM PONTO				

3	441619	RUPTURA: 650 KGF COR: BRANCA APLICAÇÃO: AMARRAÇÕES E IÇAMENTOS DE CARGAS EM GERAL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALMA EM POLIÉSTER	Rolo 100m	165	R\$ 309,29	R\$ 51.032,85
4	231388	CORDA MATERIAL: POLIPROPILENO TIPO: ESTÁTICA DIÂMETRO: 10 MM PONTO RUPTURA: 2.500 KGF APLICAÇÃO: ESCALADA OU DESCIDA TIPO "RAPPEL"	Metro	593	R\$ 5,00	R\$ 2.965,00
5	454787	SISTEMA PARA COMPRESSÃO TIPO: TORNQUETE NÃO PNEUMÁTICO APLICAÇÃO: MEMBRO SUPERIOR MODELO: MEIA DE MALHA TUBULAR CARACTERÍSTICA ADICIONAIS: PRESSÃO SISTÓLICA < 130 MMHG TIPO FECHO: TIRAS AJUSTÁVEIS TIPO USO: USO ÚNICO ESTERILIDADE: ESTÉRIL	Unidade	155	R\$ 210,00	R\$ 32.550,00
6	399611	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO E NYLON TIPO PROTEÇÃO: LATERAL MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO TIPO LENTE: ANTI- RISCO, ANTI-EMBAÇANTE COR LENTE: INCOLOR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CORDÃO DE SEGURANÇA, HASTES DE COR PRETA MATERIAL LENTE: POLICARBONATO	Unidade	555	R\$ 14,49	R\$ 8.041,95
7	468995	ALVO DE TIRO MATERIAL: PAPEL CARTÃO TIPO: QUADRADO TAMANHO: 104 X 103 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALVO PARA FUZIL, DE COMPETIÇÃO, 300 M	Unidade	1735	R\$ 4,70	R\$ 8.154,50
8	486802	EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO TIPO: LUVAS MATERIAL: BORRACHA DIMENSÕES: 15 CM X 29 CM X 20 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 14 ONÇAS, DUAS CAMADAS DE LATEX USO: BOXE	Unidade	70	R\$ 226,82	R\$ 15.877,40
9	603802	ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA TIPO: ÓCULOS DE PROTEÇÃO MATERIAL: POLICARBONATO APLICAÇÃO: TÁTICO OPERACIONAL	Unidade	170	R\$ 37,00	R\$ 6.290,00

		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO AIRSOFT GOGGLE				
10	468996	ALVO DE TIRO MATERIAL: PAPEL CARTÃO TIPO: QUADRADO TAMANHO: 55 X 55 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALVO PARA PISTOLA DE COMPETIÇÃO 25 E 50 M	Unidade	1670	R\$ 2,22	R\$ 3.707,40
11	600949	COLETE SALVA-VIDAS TIPO: CLASSE 5 CAPACIDADE: 110 KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NEOPRENE TAMANHO: SOB MEDIDA	Unidade	242	R\$ 170,00	R\$ 41.140,00
12	348626	BOMBONA MATERIAL: PLÁSTICO CAPACIDADE: 50 L APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO MATERIAL HOSPITALAR COR: AZUL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇAS LATERAIS, TAMPA E ANEL DE VEDAÇÃO	Unidade	51	R\$ 230,19	R\$ 11.739,69
13	602796	EQUIPAMENTO / ACESSÓRIOS DESPORTO TIPO: PRISMA MATERIAL: NYLON DIMENSÕES: 30 X 30 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: NAS CORES BRANCO LARANJA USO: ORIENTAÇÃO DESPORTIVA	Unidade	250	R\$ 32,00	R\$ 8.000,00
14	467667	ALVO DE TIRO MATERIAL: PAPEL CARTÃO TIPO: CENTRO DE REPOSIÇÃO PARA ALVO TAMANHO: 20 X 20 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DE PRECISÃO PARA PISTOLA 25M SEM COATING GRAMATURA: 250 G/M2	Unidade	1150	R\$ 2,66	R\$ 3.059,00
15	484519	ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA TIPO: MOSQUETÃO MATERIAL: ALUMÍNIO APLICAÇÃO: SALVAMENTO E RESGATE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: OVAL, COM ROSCA, CAPACIDADE 25KN, PRETO	Unidade	137	R\$ 90,65	R\$ 12.419,05
16	485807	ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA TIPO: FREIO OITO MATERIAL: AÇO INOX APLICAÇÃO: EQUIPAMENTO PARA RAPEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	Unidade	78	R\$ 88,88	R\$ 6.932,64

		CARGA: 40KN, PARA CORDAS DE 9 Á 16MM				
17	485913	ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA TIPO: CINTO TIPO PARAQUEDISTA MATERIAL: POLIAMIDA, POLIÉSTER, ALUMÍNIO, AÇO APLICAÇÃO: SALVAMENTO E RESGATE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONFORME MODELO DO ÓRGÃO	Unidade	90	R\$ 184,70	R\$ 16.623,00
18	485913	PLACA SINALIZADORA MATERIAL: CHAPA AÇO LARGURA: 54 CM ALTURA: 53 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ACABAMENTO ANTI- FERRUGINOSO E FOSFATIZANTE. DADOS COMPLEMENTARES: PLACA DE ADVERTÊNCIA E REGULAMENTAÇÃO DE TRÁFEGO E TRÂNSITO	Unidade	82	R\$ 348,00	R\$ 28.536,00
19	454986	DELIMITADOR TRÁFEGO MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: CORRENTE COR: AMARELA E PRETA DIMENSÕES ELO: 36 X 22 X 6 MM	Metro	245	R\$ 3,96	R\$ 970,20
20	223767	CONE SINALIZAÇÃO MATERIAL: COMPOSTO SINTÉTICO ALTURA: 500 MM LARGURA BASE: 273 MM COR: LARANJA COM 1 FAIXA BRANCA PESO: 0,636 KG CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 1 FAIXA REFLETIVA	Unidade	360	R\$ 72,09	R\$ 25.952,40
21	446290	CAVALETE SINALIZAÇÃO MATERIAL: POLIPROPILENO LARGURA: 0,23 M ALTURA: 60 CM COR: LARANJA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DOBRÁVEL, CONFORME MODELO DO ÓRGÃO APLICAÇÃO: ADVERTÊNCIA PISO ESCORREGADIO (CORTAR ESSA DESCRIÇÃO DE PISO ESCORREGADIO E COLOCAR: APLICAÇÃO SINALIZAÇÃO TRÂNSITO)	Unidade	80	R\$ 60,47	R\$ 4.837,60
		DISPOSITIVOS DE CONTROLE DE TRÁFEGO E TRÂNSITO MATERIAL: POLIETILENO COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV DIMENSÕES DOS MÓDULOS: ALTURA TOTAL: 115 CM X DIÂMETRO DO TOPO: 39 CM DIMENSÕES DA BASE: ALTURA: 25 CM				

22	624517	X LARGURA: 61 X 48 CM ITENS ADICIONAIS: 04 ANÉIS REBAIXADOS COM 15 CM DE ALTURA CADA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE COM 8 SAPATAS CILINDRO CANALIZADOR, BARRA CO APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO. DADOS COMPLEMENTARES: ALTURA TOTAL: 111 CM DIMENSÕES DA BASE: ALTURA: 26 CM X LARGURA: 55 X 55 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE COM 4 (OU MAIS) SAPATAS PESO TOTAL: 6 KG (+ OU - 500G), DEMAIS MEDIDAS PODEM VARIAR 3%, EXCETO A MEDIDA DOS ANEIS REBAIXADOS QUE PODEM VARIAR 2 CM PARA CIMA OU PARA BAIXO COR LARANJA COM TRÊS FAIXAS REFLEXIVAS BRANCAS DE NO MÍNIMO 10 CM (PODE VARIAR 2 CM) DE LARGURA CADA	Unidade	45	R\$ 310,00	R\$ 13.950,00
23	464833	SINALIZADOR TRÂNSITO MATERIAL CORPO: PLÁSTICO RESISTENTE, TIPO: BARREIRA HORIZONTAL, COMPRIMENTO: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RETRÁTIL, PANTOGRÁFICO, COR: LARANJA, ALTURA: 1,10	Unidade	50	R\$ 987,50	R\$ 49.375,00
24	293082	BANDEIRA SINALIZAÇÃO MATERIAL: POLIAMIDA TIPO: PAVILHÃO INDIVIDUAL FORMATO: TRIANGULAR COR: AZUL MARINHO COMPRIMENTO: 120 CM LARGURA: 90 CM. DADOS COMPLEMENTARES: BANDEIRA SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO FORMATO: QUADRICULAR FABRICADA EM TECIDO FLUORESCENTE COR: LARANJA COM VERDE LIMÃO COMPRIMENTO: 60 CM LARGURA: 50 CM RESISTENTE A INTEMPÉRIES (SOL E CHUVA) COM CABO DE MADEIRA DE 80 CM DE COMPRIMENTO, PESO 150 GRAMAS	Unidade	35	R\$ 60,50	R\$ 2.117,50
25	618922	DISPOSITIVOS DE CONTROLE DE TRÁFEGO E TRÂNSITO TIPO: LOMBADA PORTÁTIL MATERIAL: POLIURETANO DE ALTA RESISTÊNCIA TAMANHO: 300 CM QUANTIDADE DE MÓDULOS: 26 DIMENSÕES DOS MÓDULOS: 22 X 11,50X 5 CM COMPRESSÃO MÁXIMA: 20 T ITENS	Unidade	42	R\$ 2.100,08	R\$ 88.203,36

		ADICIONAIS: BOLSA DE TRANSPORTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE ANTIDERRAPANTE, MÓDULOS BIDIRECIONAIS COM TI APLICAÇÃO: REDUTOR DE VELOCIDADE				
26	327575	SINALIZADOR TRÂNSITO MATERIAL CORPO: PLÁSTICO RESISTENTE TIPO: BASTÃO ALIMENTAÇÃO: BATERIA AUTONOMIA MÍNIMA 300 HORAS COMPRIMENTO: APROXIMADAMENTE DE 55 CM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNÇÃO PISCA/FIXA /LANTERNA/CABO EMBORRACHADO /COR-	Unidade	70	R\$ 55,00	R\$ 3.850,00
27	441514	CONE SINALIZAÇÃO MATERIAL: POLIETILENO ALTURA: 1120 MM LARGURA BASE: 420 MM COR: LARANJA FLORESCENTE COM 4 FAIXAS BRANCAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: REFLEXO MÍNIMO 300 CANDELAS/LUX/M2, PESO: 8 KG	Unidade	100	R\$ 268,03	R\$ 26.803,00
28	354650	FITA SINALIZAÇÃO MATERIAL: PLÁSTICO COMPRIMENTO: 185 M LARGURA: 70 MM COR: PRETA E AMARELA APLICAÇÃO: SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FORMATO CORES EM DIAGONAL, ZEBRADA.	Unidade	260	R\$ 17,02	R\$ 4.425,20
29	378410	CONE SINALIZAÇÃO MATERIAL: BORRACHA ALTURA: 700 MM LARGURA BASE: 400 MM COR: LARANJA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM 3 FAIXAS BRANCAS REFLETIVAS	Unidade	135	R\$ 59,90	R\$ 8.086,50
30	220545	COLETE SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA TRATAMENTO SUPERFICIAL: POLIÉSTER E PVC - CLORETO DE POLIVINILA REFLETIVO MODELO: X - COM PVC RELETIVO SEGMENTADO COR: VERDE COM REFLETIVO VERDE	Unidade	105	R\$ 38,00	R\$ 3.990,00
31	220534	COLETE SEGURANÇA MATERIAL: PVC - CLORETO DE POLIVINILA TRATAMENTO SUPERFICIAL: POLIÉSTER E PVC - CLORETO DE POLIVINILA REFLETIVO MODELO: H -	Unidade	115	R\$ 40,67	R\$ 4.677,05

		COM PVC REFLETIVO SEGMENTADO E INTEIRO COR: LARANJA COM REFLETIVO PRATA				
32	483834	ABAFADOR RUÍDO AURICULAR, MATERIAL:POLIETILENO, FORMATO: CONCHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NÍVEL DE REDUÇÃO RUÍDO IGUAL OU SUPERIOR A 21 DB.	Unidade	135	R\$ 52,35	R\$ 7.067,25
33	616645	PROTETOR AURICULAR, TIPO CONCHA:PLUGUE, MATERIAL: SILICONE, MATERIAL HASTE: POLIÉSTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:NO FORMATO CONICO, 3 FLANGES	Unidade	760	R\$ 3,15	R\$ 2.394,00
34	614015	BATEDOR / ABAFADOR FOGO - COMBATE INCÊNDIO, MATERIAL: BORRACHA/MADEIRA, COMPRIMENTO:40 CM, LARGURA:30 CM, ESPESSURA:3 MM, COMPRIMENTO DO CABO:1,50 M, DIÂMETRO DO CABO:28 MM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:DUAS LONAS INTERNAS, FIXADAS EM ARMAÇÃO DE FERRO	Unidade	134	R\$ 180,00	R\$ 24.120,00
35	612105	ACESSÓRIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA, TIPO:KIT PARA CAMUFLAGEM, APLICAÇÃO: ATIVIDADE MILITAR, COMPONENTES: 5 POTES, 2 VERDES, 1 MARROM, E 2 PRETOS.	Unidade	830	R\$ 18,70	R\$ 15.521,00
36	480024	BASTÃO SINALIZADOR, TIPO:LUZ QUÍMICA, COMPRIMENTO:15 CM, COR: VARIADA, DURAÇÃO:12 H, APLICAÇÃO:SINALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NOTURNAS	Unidade	960	R\$19,90	R\$ 19.104,00
37	441567	DETECTOR METAIS, FORMATO: BASTÃO, TIPO ALARME:VISUAL E SONORO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:9 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AJUSTE SENSIBILIDADE, PLUG DE OUVIDO E BAT. 70 HRS, MATERIAL:PLÁSTICO ABS, COMPONENTES ADICIONAIS: CARREGADOR, BATERIA, CAPA PLÁSTICA, FONE DE OUVIDO (Detector	Unidade	46	R\$ 82,50	R\$ 3.795,00

		de Metais - NCM 8543 : Máquinas e aparelhos elétricos com função própria) por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis).				
38	457227	CORANTE, MATERIAL:CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR:AZUL, APLICAÇÃO:MULTIUSO, APRESENTAÇÃO:CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO:PÓ XADREZ / VERMELHO	Unidade	100	R\$ 25,90	R\$ 2.590,00
39	457205	CORANTE, MATERIAL:CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR:MARROM, APLICAÇÃO:MULTIUSO, APRESENTAÇÃO:CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO:PÓ XADREZ / VERMELHO	Unidade	100	R\$ 22,90	R\$ 2.290,00
40	457208	CORANTE, MATERIAL:CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR:VERDE, APLICAÇÃO:MULTIUSO, APRESENTAÇÃO:CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO:PÓ XADREZ / VERMELHO	Unidade	100	R\$ 25,17	R\$ 2.517,00
41	460647	CORANTE, MATERIAL:CORANTE PÓ COM PIGMENTOS, COR: AMARELO, APLICAÇÃO:MULTIUSO, APRESENTAÇÃO:CAIXA COM 500 GRAMAS, TIPO:PÓ XADREZ / VERMELHO	Unidade	100	R\$ 27,70	R\$ 2.770,00
42	618922	(COTA RESERVADA DO ITEM Nº 25) DISPOSITIVOS DE CONTROLE DE TRÁFEGO E TRÂNSITO TIPO: LOMBADA PORTÁTIL MATERIAL: POLIURETANO DE ALTA RESISTÊNCIA TAMANHO: 300 CM QUANTIDADE DE MÓDULOS: 26 DIMENSÕES DOS MÓDULOS: 22 X 11,50X 5 CM COMPRESSÃO MÁXIMA: 20 T ITENS ADICIONAIS: BOLSA DE TRANSPORTE CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: BASE ANTIDERRAPANTE, MÓDULOS BIDIRECIONAIS COM TI APLICAÇÃO: REDUTOR DE VELOCIDADE	Unidade	8	R\$2.100,08	R\$ 16.800,64

VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS	R\$ 608.823,67
---------------------------------------	---------------------------------

1.1.1. **Sempre que possível** deverá ser empenhado no para mínimo **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** os licitantes (vários itens juntos), **exceto** se a empresa for vencedora de **apenas 1 item e o valor total não atinja o valor citado**, neste caso, **deverá ser empenhado a quantidade total do item**, tornando viável a execução contratual. Conforme Nr 7.4 constante do Estudo Técnico Preliminar 28 /2025, anexo ao TR.

1.2. Os bens objeto desta contratação **são caracterizados como comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou em substituição por: nota de empenho, carta-contrato, autorização de compra, ordem de execução de serviço, ordem de fornecimento , na forma do artigo 95 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000424/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 31/05/2024

III) Id do item no PCA: 3910, 3911, 3912, 3913, 3914, 3915, 3916, 3917, 3918, 3919, 3920, 3921, 3922 e 3923;

IV) Classe/Grupo: 1095, 3990, 4220, 6605, 6645, 7830 e 8465;

V) Identificador da Futura Contratação: 160045-14/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As contratadas deverão cumprir o Previsto no Art 5º da Instrução Normativa 01 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências em especial o incisos III e IV, transcritos abaixo:

4.1.1.1. “III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e (..)”

4.1.2. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº:6.938, de 1981;

FTEs	Categoria e Temas	Código	Atividades	Itens
Categoria12	Indústria de Produtos de Matéria Plástica	12-2	Fabricação de artefatos de material plástico	12, 19, 23, 26, 28 e 37
Categoria11	Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	11-3	Tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos	24
Categoria15	Indústria Química	15-10	Fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes	38,39,40 e 41

4.1.3. Critérios econômicos: Com a criação da Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza, as compras estão sendo compartilhadas com as demais Organizações Militares vinculadas à 10ª Região Militar, bem como, demais órgãos que venham a se manifestar na Intenção de Registro de Preço, possibilitando as compras e licitações sustentáveis, satisfazendo as necessidades da administração pública mediante aquisições de produtos inovadores e ambientalmente adequados sem aumentar os gastos públicos, com a utilização mais eficiente dos recursos e com menor impacto socioambiental;

4.1.4. Critérios sociais: Com a exigência de produtos sustentáveis visa estimular os mercados e fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras e a aumentarem a competitividade da indústria nacional, regional e local; e

4.1.5. Os itens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme inciso I do Art. 48 da LC 123/2006.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Haverá exigência da garantia de 30 (trinta) dias para produtos não duráveis e de 90 (noventa) dias para produtos duráveis, conforme Artigo 26, inciso I e II, do Código de Defesa do Consumidor.

4.4. Além da garantia legal, o fabricante ou fornecedor deverá oferecer uma garantia contratual de 12 (doze) meses para produtos permanentes.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .

4.5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência:

4.6. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de 10 % com **adicional** de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024, da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, anexo I da RESOLUÇÃO CICS/MGI Nº 7, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024, **(Item Nr 37 do Termo de Referência - Detector de Metais - NCM 8543 : Máquinas e aparelhos elétricos com função própria)** por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento, pela contratada, da Nota de Empenho devidamente assinada, em remessa única, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela contratada, mediante apresentação de documentos comprobatórios e aceito pela contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues conforme as Notas de Empenho emitidas e nos seguintes endereços:

5.3.1. Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza - Avenida Luciano Carneiro, nº 840, bairro de Fátima, Fortaleza-CE, CEP 60415-510, das 09:30 as 16:30 horas, de segunda a quinta-feira e 08:30 a 11:30 horas as sextas-feiras;

5.3.2. 23º Batalhão de Caçadores - Avenida Treze de Maio, nº 1589, bairro de Fátima, Fortaleza-CE, CEP 60040-531, devendo ser entregues em dias úteis das 08:00 as 16:30 horas (com expediente na Organização Militar) de segunda a quinta-feira na sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas;

5.3.3. Comando 10ª Região Militar - Av. Alberto Nepomuceno, s/n - Centro, Fortaleza - CE, 60025-130, telefone para contato: 85 (3255 - 1663), em dias úteis, nos horários entre 09:00 e 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e nas sexta-feira entre as 09:00 e 11:30 horas;

5.3.4. Colégio Militar de Fortaleza - Av. Santos Dumont, 485, Bairro Aldeota, CEP 60.150-160, Fortaleza-CE; no horário entre 07:30 as 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e, na sexta-feira, das 07:30 as 11:30 horas;

5.3.5. Hospital Militar de Fortaleza - Av Desembargador Moreira, nº 1500, Bairro Aldeota, Fortaleza-CE, CEP 60170-001, devendo ser entregues em dias úteis (com expediente na Organização Militar) de segunda a sexta-feira das 08:00 as 10:00 horas,

5.3.6. 10º Depósito de Suprimento - Avenida Marechal Bittencourt nº 100, Dias Macedo, Fortaleza, CE, Cep: 60860-540 no horário, 08:00 as 16:30 horas (com expediente na Organização Militar) de segunda a quinta-feira, na sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas;

5.3.7. Parque Regional de Manutenção da 10ª Região Militar - Av. Eduardo Girão, nº 1533, Fortaleza – CE. CEP 60.415-075; em dias úteis, nos horários de 09:30 às 11:50 e das 13:20 às 16:00 horas (Segunda-feira a quinta-feira) e das 08:30 às 11:30 horas (sexta-feira).

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV)

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data contado da data da assinatura da ata de registro de preços.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Em relação às características dos bens, apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove a aptidão relacionada à entrega de Gêneros Alimentícios subdividindo-os em Gêneros Frigorificados e Gêneros Secos;

9.31.1.2. Em relação às quantidades dos bens, apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento, no período de 12 (doze) meses, de no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade máxima estabelecida no Termo de Referência.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 608.823,67 (seiscentos e oito mil, oitocentos e vinte três reais e sessenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização OU constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato **ou instrumento equivalente**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, **podendo ser prorrogado por igual período**.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Fortaleza, Seção Judiciária do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HIRAN DE SOUZA MAGALHAES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/06/2025 às 09:31:25.

MICHEL DA SILVA NIZ

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/06/2025 às 10:31:51.

WESDLEY JOSE SILVA DE CASTRO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/06/2025 às 10:09:08.

LERICHE ALBUQUERQUE BARROS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/07/2025 às 13:35:55.

